



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Entrevista

Texto de autores convidados. Recebido em: 23 nov. 2021. Aprovado em: 26 nov. 2021.

COSTA LIMA, Marcos Ferreira da. Entrevista. [Entrevista concedida a] Artur Villaça Franco. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.252586

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Marcos Ferreira da Costa Lima, por Artur Villaça Franco

Marcos Ferreira da Costa Lima, by Artur Villaça Franco

Marcos Ferreira da Costa Lima

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Ciências Sociais

E-mail: marcosfcostalima@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3831-7631>

Artur Villaça Franco

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Bacharel em Ciência Política

E-mail: artur.villaca@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7397-7176>

Resumo

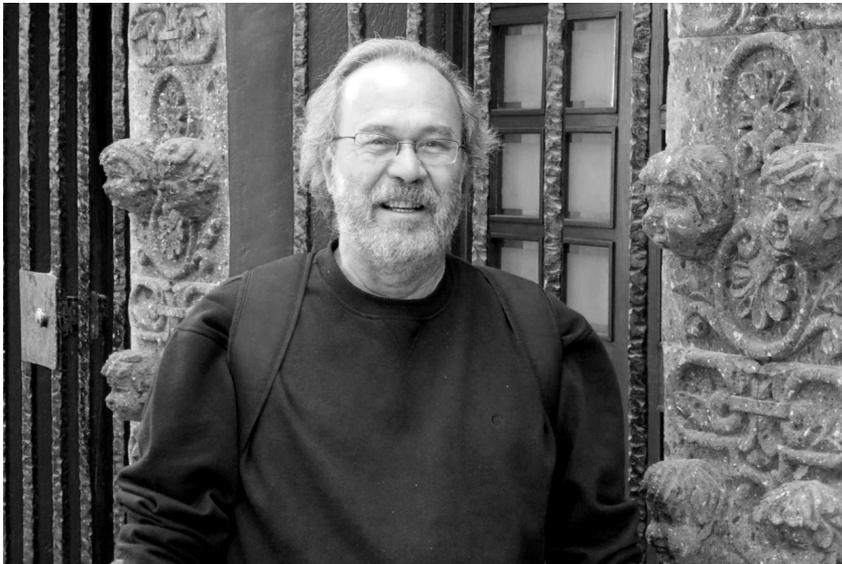
Neste volume, Marcos Ferreira da Costa Lima, graduado em Filosofia Política, pela Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques, mestre em Sociologia, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas, e professor do Departamento de Ciência Política da UFPE concede entrevista a Artur Villaça Franco, bacharel em Ciência Política e servidor da UFPE. Costa Lima, dentre outros temas, escreve sobre a democratização do acesso às universidades e à produção científica, discute a autonomia universitária e problematiza as consequências do atual contexto de capitalismo globalizado para a relação da universidade com a sociedade.

Palavras-chave: Marcos Ferreira da Costa Lima. Entrevista. Democratização da Universidade. Capitalismo. Universidade e sociedade.

Abstract

In this issue, Marcos Ferreira da Costa Lima, Political Philosophy graduate at the Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques, Master in Sociology at the Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), PhD in Social Sciences at the Universidade Estadual de Campinas and professor in UFPE's Political Science Department gives an interview to Artur Villaça Franco, Political Science graduate and public servant at UFPE. Costa Lima, among other subjects, writes about the democratization of the access to universities and scientific production, discusses university autonomy, and problematizes the consequences of the current context of global capitalism on the relationship between universities and society.

Keywords: Marcos Ferreira da Costa Lima. Interview. Democratization of University. Capitalism. University and society.



Professor Marcos Ferreira da Costa Lima. Acervo pessoal.

Apresentação

Grande defensor das universidades públicas e da democratização do acesso à produção científica, o professor Marcos Costa Lima possui uma extensa trajetória acadêmica, por meio da qual sempre buscou criar pontes com a sociedade. Além disso, o estabelecimento de laços com instituições estrangeiras e o desejo de encontrar soluções para os desafios comuns enfrentados por diversos países, particularmente aqueles chamados de periféricos, são outras características marcantes de sua vida profissional.

As suas pesquisas são voltadas principalmente para o campo das Relações Internacionais, sempre pensando de forma crítica o processo de Globalização e suas consequências. Nesse contexto, a reflexão sobre o papel das universidades no desenvolvimento econômico e social do país surge de forma recorrente nas aulas do professor Costa Lima, que destaca a importância dessas instituições, desde que estejam vinculadas às necessidades da população e mantenham diálogo com ela, ou seja, desde que não se tornem “torres de marfim”.

Costa Lima é graduado em Filosofia Política, pela Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques (França), mestre em Sociologia, pela Universidade Federal de Pernambuco, e doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas. Além desses títulos, o professor também realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade Paris XIII (França), apresentando, assim, uma formação diversa no que se refere às áreas de estudo e à disposição geográfica das instituições.

O professor Costa Lima atuou como professor visitante na Universidad de la República (Uruguai) e na Swansea University (Reino Unido), além de ter colaborado com vários centros, conselhos e fundações de pesquisa. Atualmente é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, atuando na graduação e pós-graduação.

Apesar do fortalecimento do processo de democratização do acesso promovido por governos nas duas últimas décadas, as universidades públicas ainda são vistas por parte da população como lugares desconectados das necessidades reais da sociedade. Na opinião do senhor, quais ações são necessárias para modificar essa imagem?

Do ponto de vista da população em geral, creio que ela tem razão. As universidades sempre foram locais de elite para a elite. O ensino no Brasil jamais foi pensado como algo sistêmico e articulado: primário, secundário, terciário. Somos um país que, por mais de 400 anos, não pensou na sua gente. O ensino dado às elites vinha das escolas religiosas. As escolas primárias públicas eram para os pobres e só começaram suas atividades muito tarde. No tocante às universidades, estavam mais vinculadas a reproduzir o modelo europeu, e não a pensar o país, seus problemas e prioridades. Também as universidades públicas começaram muito tarde e seus quadros, com raras exceções, também invisibilizavam o povo, suas necessidades e suas carências. Não se fazia uma medicina popular, uma arquitetura popular; a cultura popular era algo entendido como sem valor científico. Até as bibliotecas

públicas eram quase inexistentes – e ainda o são. Nos governos Lula e Dilma, foi desenvolvida uma política para dirimir essas diferenças pelo regime de cotas nas universidades para os negros e pessoas que vinham das camadas populares, e também os institutos federais, que atendiam aos jovens numa aproximação com o universo de ciência e tecnologia, além das novas escolas abertas nos interiores de todo o Brasil. É menos uma questão de imagem e mais de vontade política; e há um amplo universo de questões a serem trabalhadas, a saber: a mudança dos currículos para temas de combate à fome, de segurança alimentar, de estudo das favelas, das questões de gênero e opressão às mulheres, da reforma agrária; uma educação e um ensino que valorizem a trajetória histórico-cultural dos trabalhadores, que aprofundem a análise das condições de violência à qual a população está submetida e que tenham uma abertura incondicional aos temas dos Direitos Humanos. E mesmo o ensino das ciências chamadas duras deve apropriar-se de uma linguagem mais simplificada, que não quer dizer simplória, uma vez que, por exemplo, hoje temos uma ampla quantidade de recursos, como filmes sobre os problemas ambientais e regionais.

Vimos, durante a pandemia, os efeitos dramáticos das *fake news*, que também podem ser compreendidas como um sintoma da separação existente entre o que é produzido pela academia e o público em geral, o qual não tem familiaridade com trabalhos científicos, seja pela dificuldade em ter acesso a eles, seja pela linguagem excessivamente técnica que os trabalhos apresentam. Essa separação, entre outros fatores, leva ao consumo em massa de notícias com linguagem simples, leitura rápida e divulgadas pelas redes sociais, sem que haja como contraponto, pelo menos não na mesma escala, a questão da disponibilidade de conteúdo de mais qualidade, fruto de pesquisas sérias e que visam os fatos da forma mais imparcial possível. Como o senhor acredita que podemos democratizar o acesso à produção científica e divulgá-la de forma a atingir um número maior de pessoas?

Há um grande número de produções acadêmicas que mais serve à ascensão social e aos títulos, sem que se faça nenhum esforço para compartilhar essa produção com finalidade de divulgação científica. Há, hoje, algumas poucas revistas de divulgação científica, mas que ainda só circulam nos meios acadêmicos, a exemplo da excelente revista da Fapesp. Vejam como o povo brasileiro, que não teve uma formação sequer simplificada de biologia ou dos órgãos humanos, tem tanta dificuldade em reconhecer uma doença renal ou do fígado. Haveria que fazer com que as TVs públicas pudessem realizar programas paracientíficos voltados para o grande público.

Vocês imaginem, por exemplo, se as melhores teses e dissertações fossem transformadas em brochuras para o grande público e vendidas a preços muito módicos; alguns ou muitos trabalhos sairiam da produção acadêmica para os círculos primários ou secundários. Há um conjunto de iniciativas que deveria ser mais explorado, como os filmes curtos e documentários sobre temas de interesse da população, a exemplo da importância da Amazônia para o meio ambiente global, a questão do estresse hídrico no Brasil, ou, ainda, uma história bem trabalhada sobre a escravidão, ou mesmo sobre o trabalhador urbano. Aqui não há limites, mas pouco existe de financiamento do Governo Federal – e mesmo as instâncias estaduais investem muito pouco nesta direção. Vivemos um tempo em que a evolução dos recursos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) caiu de 11.545 bilhões de reais em 2012 para 1.875 bilhões, em 2021.

Como resultado da globalização, o mundo se encontra interconectado de forma sem precedentes. Qual o papel das universidades públicas no fortalecimento da posição brasileira no cenário internacional e na criação de laços com instituições de outros países?

A globalização é um fenômeno complexo que, sob a forma neoliberal, acaba por ampliar as desigualdades entre países centrais e periféricos. Os centrais concentram a produção científica e tecnológica e nos mantêm na baixa cadeia de produção de manufatura e como grande mercado para as corporações multinacionais. Novamente, são fatores

articulados. Os laços de cooperação internacional são possíveis e devem ser aprofundados, mas sem subordinação, sem dependência. De fato, pouca transferência em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) vem dos centros avançados em pesquisa mundial. Há um forte controle de patentes que nos faz ficar atrelados aos grandes centros. Vejam, por exemplo, o setor de medicamentos ou mesmo a produção – mais que estratégica – dos semicondutores, entre muitos outros setores. Nós deveríamos estabelecer nossas prioridades e fazer cooperações para avançar. A China está aí para demonstrar que é possível fazer avançar os grupos de pesquisa com participação, respeitando as prioridades locais. Há muita coisa que poderia ser produzida no Brasil, como na área de equipamentos hospitalares, por exemplo, em que as incubadoras e camas poderiam ser produzidas no Brasil mas são importadas.

Por causa de sua própria natureza, as universidades públicas não podem ser completamente desvinculadas de decisões tomadas por autoridades políticas. Como garantir que a soberania das escolhas feitas pelas pessoas que compõem as universidades seja respeitada, diminuindo a possibilidade de haver ingerências políticas e permitindo que haja liberdade para se fazer produção científica?

Não vivemos um período em que a autonomia universitária seja respeitada, infelizmente. No geral, tem ocorrido o contrário. A garantia da soberania das universidades só ocorrerá com a luta de todos que acreditam na consecução de um projeto plenamente democrático para o país, uma democracia de alta intensidade, como nos diz Boaventura Santos. Os professores e estudantes, mas também a sociedade civil, devem defender uma estrutura universitária autônoma, evidentemente vinculada a mais recursos, mais contratações qualificadas, mais inclusão universitária e uma forte ligação com os reais problemas das populações sociais mais desassistidas, com projetos orientados para a produção camponesa, para uma agricultura saudável, para a defesa do meio ambiente, no meio urbano e rural, para a pesca harmônica e não predatória etc. Nessa direção, há muitas ações que podem trazer retornos extraordinários. Precisamos construir uma sociedade solidária, e, para tanto, as universidades podem ajudar, apoiar, sinalizar as boas direções.

É possível perceber, em vários países, inclusive no Brasil, que as parcerias entre universidades públicas e instituições/empresas privadas para a realização de pesquisas e formulação de produtos estão ficando cada vez mais comuns. Qual seria, na sua opinião, a melhor maneira de articular essa relação de modo que os benefícios não fiquem concentrados nas mãos de poucos, mas sejam usufruídos pela sociedade como um todo?

A democratização da ciência é condição necessária a essas parcerias. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) buscou, por muito tempo, apoiar algumas iniciativas de alto conteúdo para o país, a exemplo da produção de vacinas e de certos medicamentos. Inclusive apoiou financeiramente empresas *start-ups* capazes de avançar em setores de alto valor agregado. A população brasileira está envelhecendo e o barateamento dos medicamentos seria muito bem-vindo para o bolso do trabalhador. Já se pensou em produzir *laptops* para a população jovem no Brasil, a preços módicos, o que seria uma iniciativa importante. Também seria uma iniciativa valiosa fazer inventários sobre as principais carências das populações que vivem no semiárido, que venham a gerar incentivo à produção, tais como as cisternas, as placas solares, os plantios de sementes selecionadas e a orientação técnica. Isso tudo poderia ser diligência dos governos federal e estadual, que devem estar atentos às prioridades das populações mais pobres. O orçamento da União não deve ser voltado a apoiar os grandes investimentos, que,

ao fim e ao cabo, têm baixo retorno para os pobres. Os investimentos e isenções dados à soja e à pecuária poderiam ser revertidos para projetos de outra natureza.

Existem setores da sociedade que defendem a diminuição de investimentos nas universidades públicas, particularmente em cursos da área de humanas. Um argumento recorrente é que os cursos dessa área não dariam retorno suficiente à sociedade para justificar o dinheiro investido, que seria melhor utilizado se aplicado em outras áreas. O que podemos responder? Qual é a importância dos investimentos em cursos de humanas e de quais maneiras essas formações contribuem para o desenvolvimento do Brasil?

Todos os países ricos sempre contemplaram suas universidades públicas com recursos para as três áreas: ensino, pesquisa e extensão. Hoje, com a convergência das ciências, é difícil trabalhar a Saúde sem contar com o apoio e reflexão oriundos da Sociologia, da Antropologia, da Geografia e da Arquitetura, por exemplo. O estudo das cartografias é mais que necessário para os trabalhos de acompanhamento das populações que vivem nas florestas ou mesmo as ribeirinhas, tendo em vista o nível de destruição que está acontecendo nos cerrados, na Amazônia... Mesmo quando se estuda a questão da água – um recurso essencial –, é necessário saber onde há escassez e por que existe. O trabalho dos antropólogos – sejam urbanos, sejam rurais –, por exemplo, é fundamental para conhecer onde moram e como vivem e sobrevivem as populações

locais. Como se elaborar um projeto de política pública para área de favelas sem saber como vivem, o que pensam e o grau de solidariedade ou mesmo de atrito entre as pessoas que ali habitam? Há, de fato, não apenas um hiato entre as chamadas ciências duras e *softs* (ou humanas). Hoje, várias áreas das ciências duras, como a neurociência, necessitam de vasos comunicantes com as Ciências Sociais. Muitos dos distúrbios são resultado do estresse vivido em uma sociedade capitalista, que gera insegurança, pelo medo do desemprego, e também pelo excesso de trabalho em condições muito precárias. Além disso, trata-se de um sistema econômico que desconhece a ética, um sistema sem responsabilidade. Um exemplo clamoroso é o setor de produção de agrotóxicos, venenos que têm gerado doenças, mortes, infiltrações nas superfícies das plantações e nos lençóis freáticos: verdadeiros crimes promovidos por multinacionais que só veem o lucro e não os seres humanos.

Os resultados de pesquisas acadêmico-científicas são, muitas vezes, analisados simplesmente sob a ótica do aumento da eficiência na produção de determinado bem ou no fornecimento de determinado serviço. Existem outras dimensões que devem ser levadas em conta, na sua opinião, para mensurarmos de forma mais completa o impacto da produção acadêmico-científica no desenvolvimento do país?

Boa pergunta, mas creio que seria necessário muito tempo para enfrentá-la. Penso que o capitalismo contemporâneo está levando o nosso planeta para uma escalada de problemas nunca ocorridos. A economia de mercado é individualista e tem caminhado para concentração de renda e riqueza, ampliando cada vez mais as desigualdades sociais, de gênero, de acesso à educação, o racismo, entre outros problemas. Mas as grandes corporações transnacionais (*transnational corporations* - TNCs) hoje controlam e ditam o que os estados devem fazer. Sobre essa questão, Karl Polanyi, assim como outros estudiosos, já dizia, em seu maravilhoso livro *A grande transformação*, que: “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade”¹.

1. POLANYI, Karl . *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução: Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000. p. 94. *E-book*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_

Recentemente ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), mais um esforço para que os países tomem medidas para combater as mudanças climáticas. Neste contexto, qual o papel das universidades públicas brasileiras no combate ao aquecimento global, na construção de uma economia verde e na conscientização ambiental da população?

Escrevi há pouco sobre isto para a Revista Jornalismo e Cidadania², cujo texto está no prelo. Concordo com Greta Thunberg e outros que ressaltam que, por maiores que tenham sido os esforços levados adiante pelas Nações Unidas, os resultados foram pífios. Nós estamos vivendo uma emergência climática, analisada por vários estudiosos. Temos problemas graves e de toda ordem, a começar pelo *permafrost* do Ártico, que ano a ano perde gelo e faz elevar o nível das águas dos oceanos, aquecendo essas águas e afastando os peixes que viviam em águas geladas. Mas também é importante mencionar a destruição das florestas, sobretudo da Amazônia, que, segundo dados divulgados antes do evento, pelo Sistema de Alerta de Desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que monitora a floresta por satélites, somente em setembro 2021, foram devastados 1.224 km² na região. Isso

transformac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

2. A Revista Jornalismo e Cidadania, Recife, pode ser acessada através do endereço: <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/jornalismoecidadaniaago21-compactado>.

equivale ao tamanho da cidade do Rio de Janeiro. Setembro foi o sexto mês de 2021 em que a Amazônia teve a maior área destruída na década. Esse resultado mostra que o acumulado desde janeiro chegou a 8.939 km², 39% a mais do que o mesmo período do ano passado e o pior índice em 10 anos. Mas há, também, os problemas humanos associados à destruição dos ecossistemas na África, no Brasil e em parte da Ásia, os quais são muito graves. As universidades públicas brasileiras, junto às instituições internacionais que lidam com o problema do aquecimento global, às organizações não governamentais (ONGs) e aos movimentos sociais, que hoje são muitos espalhados pelo planeta, devem se unir e fortalecer uma luta que cresce a cada dia. Essa união deve se voltar tanto para a elaboração de projetos específicos, que partem de grupos locais, quanto à elaboração de estudos que permitam o equacionamento dos problemas globais, capazes de gerar pressão e empoderamento científico a esses grupos.

Agradeço pelas excelentes perguntas.

Recife, novembro de 2021.